

Notícia do mês

Mercosul e UE : negociações em suspenso

Os negociadores do Mercosul e da União Européia encerraram "frustrados" e com pouquíssimos resultados, ontem, mais uma rodada de discussões. Sem acordo até mesmo sobre como apresentar um ao outro as propostas de abertura de seus respectivos mercados para exportações em uma futura área de livre comércio entre os dois blocos, eles decidiram que só os ministros (no caso europeu, o comissário de Comércio, Pascal Lamy) poderão superar o impasse, com uma orientação "política" para as negociações. Foram marcados novos encontros de negociadores em 13 e 20 de setembro, em Bruxelas.

Embora os europeus comparassem as discussões a um "jogo de pôquer", e os brasileiros admitissem manter "cartas na manga", as conversas entre os diplomatas não foram totalmente improdutivas, em dois dias e meio de reuniões.

Na falta de acordo sobre os principais pontos, os diplomatas passaram boa parte da quarta-feira discutindo como eliminar tarifas de importação para produtos agrícolas industrializados, e, segundo o coordenador dos negociadores do Mercosul, Régis Arslanian, os europeus aceitaram reduzir a zero, na futura zona de livre comércio, as tarifas para produtos como café solúvel, pasta de cacau, palmito e cachaça. Os europeus obtiveram redução a zero para 71 outros produtos.

Europeus e sul-americanos não entraram em acordo nem sobre se houve ou não uma oferta européia para aumento, em 56 mil toneladas, das cotas de carne bovina para exportadores do Mercosul - fartamente noticiada e comunicada aos produtores rurais do bloco sul-americano. "A União Européia não fez nenhuma oferta; o que começamos a fazer foi explorar formas de permitir aumento do acesso ao mercado europeu pelo Mercosul", afirmou o chefe dos negociadores europeus, Karl Falkenberg. "Foram idéias a serem apresentadas se houvesse movimento do Mercosul, o que não ocorreu".

As negociações empacaram, porém, porque, segundo Falkenberg, os negociadores foram incapazes de decidir como apresentar as propostas de ambos os lados. Enquanto o Mercosul queria a apresentação das propostas em bloco, os europeus insistiam em discutir ponto a ponto, abordagem apelidada pelos sul-americanos de "estratégia salame" (www.valor.com.br, 13 agosto 2004).

promoção/promoción



Coordenadora de Centrais
Sindicais do Cone Sul

edição/edición



Consultoria Econômica Social Integrada

Pacto UE-Mercosur en duda tras fracaso negociación

La Unión Europea y el Mercosur suspendieron sus negociaciones para firmar un acuerdo comercial en octubre, una meta que parece ahora amenazada si no hubiera un entendimiento político entre los bloques.

La suspensión se produjo tras tres días de negociaciones en Brasilia, que se habían reanudado el lunes luego de que en julio fracasara en Bruselas un nuevo intento de establecer un acuerdo, que tiene su principal obstáculo en el comercio de bienes agrícolas.

El canciller de Brasil, Celso Amorim, dijo a periodistas que estaba dispuesto a mantener una reunión ministerial para destrabar las arduas negociaciones de los técnicos. También criticó el formato de negociación impuesto por los europeos, que un diplomático argentino bautizó como "salami approach," en referencia a que la UE reclama concesiones por producto y por sector, "lonja por lonja," sin presentar una oferta integral.

Amorim explicó también que al sector de los exportadores de carne bovina del Mercosur no quedó satisfecho con la oferta europea para ampliar las ventas sudamericanas a su mercado, ya que, dijo, la ampliación inmediata del cupo, condicionaba los envíos del futuro.

El negociador argentino Eduardo Sigal indicó que nuevas reuniones de nivel técnico se producirían el 13 de septiembre y el 20 de ese mes, pero señaló que para que haya avances son necesarias orientaciones políticas, especialmente del lado europeo. Sigal aseguró que todavía es prematuro decir que la meta de octubre para concluir la negociación está amenazada. "Apelamos a una reunión ministerial para intentar llegar a la fecha," dijo.

Karl Falkenberg, jefe negociador europeo dijo que las conversaciones continuarán e indicó que las conversaciones en Brasilia quedaron paralizadas "más por razones del proceso que por razones de sustancia" y pidió no dramatizar la falta de avances. Los europeos quieren ver sobre la mesa propuestas más interesantes por parte del Mercosur en servicios y compras gubernamentales.

Los negociadores del bloque sudamericano, por su lado, han dicho que el Mercosur podría mejorar su oferta en esos rubros, pero necesita conocer integralmente la oferta agrícola de la UE, centro de las discrepancias. (*www.sela.org, 20 agosto 2004*).

O que está em negociação

O acordo entre o Mercosul e a União Européia poderá criar a maior zona de livre comércio do mundo, com 29 países, 675 milhões de habitantes e a capacidade econômica conjunta de US\$ 11,6 trilhões.

Mas as negociações são complexas, e o prazo para o fechamento do acordo é outubro.

Caso fossem aceitos os pedidos do Mercosul à UE para a área agrícola, as exportações feitas pelo bloco sul-americano neste setor poderiam aumentar em até US\$ 2,6 bilhões.

As ofertas européias que estão efetivamente na mesa devem gerar um ganho de no máximo US\$ 720 milhões, divididos em duas etapas: uma seria entregue em um prazo de 10 anos a partir do fechamento do acordo, e a outra, depois do fim das negociações da OMC.

Os pontos em disputa

Enquanto o Mercosul pediu uma cota de 250 mil toneladas para a carne de frango, a UE oferece 75 mil.

Para a carne suína, o pedido é de uma cota de 40 mil toneladas, contra uma oferta de 11 mil.

O açúcar não foi incluído na oferta da UE para o Mercosul, embora o bloco liderado pelo Brasil tenha feito um pedido de cota de 1,8 milhão de toneladas.

O Mercosul pede, para o milho e o trigo, cotas de 4 milhões e 1 milhão de toneladas, respectivamente, enquanto os europeus oferecem 700 mil e 200 mil toneladas.

O que se ganha

Bruxelas afirma que a proposta agrícola feita ao Mercosul é a maior já oferecida a países de fora da UE.

Mas, de acordo com uma análise feita pelo Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), ela não representará um ganho significativo para os países do bloco sul-americano.

Isso porque as ofertas de cotas da UE são basicamente a quantidade que o Mercosul já exporta para lá, porém pagando a tarifa inteira estabelecida para os produtos do exterior.

Isso significa que, se o acordo com a UE fosse fechado com esses números, o volume de produtos agrícolas exportados pelo Mercosul praticamente não aumentaria. O único ganho dos produtores agrícolas seria exportar com uma tarifa mais baixa, mas não necessariamente exportar mais.

Assim, o presidente do Icône, Marcos Jank, acredita que o acordo com a UE será "positivo, mas pouco ambicioso".

Outras áreas em disputa

Bens - Em resposta ao retrocesso europeu na oferta agrícola, o Mercosul se mostra cada vez mais reticente em liberalizar o mercado de produtos industriais, principalmente nos setores de eletroeletrônicos e software. Esses são setores em que os países do Mercosul ainda estão engatinhando, o que leva analistas a dizer que eles precisam de proteção. Nesse setor, 60% das cotas negociadas seriam entregues em 10 anos aos europeus.

Serviços - O Mercosul é competitivo na área de serviços de informática. O sistema eletrônico bancário brasileiro, por exemplo, é considerado um dos mais avançados do mundo. Em outras áreas, como serviços financeiros, telecomunicações, transporte marítimo, serviço postal (fora o envio de cartas) e transporte fluvial, as portas estão gradativamente se abrindo aos europeus.

Compras governamentais - O Brasil impedia o Mercosul de oferecer às empresas europeias a possibilidade de participar de suas licitações públicas. Ultimamente, porém, o país tem usado esse setor para barganhar uma melhora na oferta agrícola europeia.

Bancos - O governo brasileiro não costuma dificultar a entrada de bancos estrangeiros no país. Mesmo assim, a UE quer que uma regra do acordo com o Mercosul garanta a livre entrada a seus bancos.

Mercado automotivo - Os setores privados automotivos do Brasil e da Argentina ainda não chegaram a um acordo sobre o tamanho da cota que podem oferecer aos europeus, mesmo tendo grande interesse em exportar mais veículos de médio porte e populares ao mercado da UE. Os europeus pedem uma cota de 60 mil unidades, mas a Argentina só aceita abrir seu mercado para 18 mil veículos, e o Brasil, para 38 mil. (BBC/BR, 11/08/04)

Europeus querem maior repressão à pirataria intelectual

Para preocupação das autoridades brasileiras, os negociadores da União Europeia passaram a insistir que o futuro acordo de livre comércio com o Mercosul incluía fortes medidas de repressão contra pirataria de direitos intelectuais, informou ontem o diretor do departamento de negociações internacionais do Itamaraty, Régis Arslanian, que disse que esse "foi um dos pontos, com a discussão sobre agricultura, que paralisaram a negociação da Alca."

Se incluídas as regras reivindicadas pela UE, o acordo permitiria que a Europa punisse, com elevação de tarifas ao Brasil, por exemplo, eventuais infrações aos direitos de propriedade intelectual no país - o que afetaria até produtores sem nenhuma relação com a pirataria.

O Mercosul aceita apenas que, como propõe na Alca, o futuro acordo preveja consultas e apoio técnico e financeiro para combater com maior eficiência as infrações às regras de proteção a marcas e patentes.

Outro graduado diplomata brasileiro, o embaixador do país na OMC, Luis Felipe Seixas Correia, criticou duramente, as regras para proteção da propriedade intelectual incluídas nos acordos da OMC e conhecidas como Trips (da sigla em inglês para medidas de propriedade intelectual relacionadas ao comércio). Da forma como estão delineadas, as normas de Trips beneficiam os países desenvolvidos, maiores produtores de ciência e tecnologia, e prejudicam os países de menor desenvolvimento, acusou o embaixador.

Uma das principais mudanças reivindicadas pelo Brasil é a inclusão, em Trips, de dispositivos da Convenção de Diversidade Biológica da ONU, que condicionariam a concessão de patentes a

inovações com recursos genéticos à comprovação de que o país de origem desses recursos genéticos autorizou seu uso, e que os benefícios das patentes seriam distribuídos com a nação de origem e com as comunidades que eventualmente tiverem contribuído para a descoberta (www.valor.com.br, 19 agosto 2004).

Mercosul-CAN

Acordo de livre comércio entre Mercosul e CAN chega à reta final

Os especialistas esperam que na próxima década o comércio sul-americano cresça em 10 bilhões de dólares.

Segundo as fontes da CAN, as exportações andinas ao Mercosul superaram 1,245 bilhão de dólares em 2003, 7,9 cinco por cento a menos que em 2002, comportamento similar ao das vendas do Mercosul, que diminuíram em 2003 para 4,101 bilhões de dólares, seis por cento a menos que no ano anterior.

O Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN) definiram em 07 de agosto, em Montevidéu, mais de 90 % dos acordos de livre comércio entre os dois blocos, com previsão de entrar em vigor no próximo mês de outubro.

Após mais de seis anos de interesses comerciais opostos, o livre comércio da América do Sul parece abandonar os papéis para transformar esse conceito em realidade.

Os acordos não contemplam totalmente a meta almejada desde 1960 pela antiga Associação Latino-americana de Livre Comércio (Alalc) e pela sua sucessora desde 1980, a atual Aladi, quanto ao

planejado mercado comum latino-americano.

No entanto, alcança 72,5 por cento do total da região, que representa 56,2 % do Produto Interno Bruto (PIB) e 85,4 por cento do comércio inter-regional.

Antecedentes da negociação- Os países do Mercosul negociaram de forma individual com os da CAN: Argentina e Brasil terminaram totalmente os acordos que faltavam com o Equador, Colômbia e Peru. O Uruguai praticamente finalizou as suas negociações, enquanto surgiram dificuldades em alguns pontos nas do Paraguai com o Equador e com a Colômbia.

Os acordos entre o Mercosul e a CAN tinham sido resolvidos no geral durante a Cúpula de Presidentes de Montevidéu, em dezembro de 2003, depois do fracasso que significou não alcançar a meta primária do ano de 2000.

Para os países do Mercosul os pontos fundamentais foram as negociações com três nações andinas: Equador, Colômbia e Venezuela, porque a Bolívia já era sócia comercial do bloco e o Peru estava concluindo sua associação nesta instância. (www.ultimosegundo.ig.com.br, 07 agosto 2004).

La cumbre Bolivia, Brasil y Perú y el posible impulso a la integración

La prevista cumbre Bolivia-Perú-Brasil impulsará la integración vial entre el Pacífico y el Atlántico, a través de los territorios de los tres países, como parte del proyecto Integración de la Infraestructura Regional de Sudamérica (IIRSA).

La importancia del encuentro, programado para 11 de agosto entre los presidentes de Bolivia, Carlos Mesa; Brasil, Luiz Inacio Lula Da Silva, y de Perú, Alejandro Toledo, fue destacada hoy por el canciller boliviano, Juan Ignacio Siles.

Recordó que el programa IIRSA prevé lograr para el año 2010 la plena vinculación terrestre multimodal entre las costas del Pacífico y el Atlántico.

Los tres mandatarios inaugurarán el puente Amistad, entre las localidades boliviana de Cobija y brasileña de Brasileia, y asistirán al inicio de los trabajos de una vía similar entre las poblaciones de Iñapari (Perú) y Asís (Brasil).

Ambos se ubican sobre el río fronterizo Acre y servirán de enlace, para vehículos de carga, entre las avanzadas carreteras brasileñas y los todavía precarios caminos de Bolivia y Perú.

En el lado peruano de la triple frontera, la ruta lleva a los puertos de Ilo y Matarani, sobre el Pacífico y que aspiran a captar carga de los territorios brasileños colindantes con la triple frontera y distantes de sus puertos sobre el Atlántico.

Siles dijo que, además de dar su apoyo a la integración vial tripartita, los presidentes Mesa, Lula y Toledo, tendrán una agenda abierta que podría incluir temas energéticos (www.argenpress.org, 06 agosto 2004).

OMC

Acordo dá novo rumo à negociação na OMC

O acordo fechado no fim de semana para destravar as negociações entre os países que integram a Organização Mundial de Comércio (OMC) apresentou avanços importantes na área agrícola, mas ainda é cedo para avaliar seus efeitos. O acordo definiu as diretrizes que os diplomatas deverão seguir nas próximas etapas da negociação, que ainda deve se arrastar por anos.

O acordo foi considerado " muito bom " para a agricultura brasileira pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. " É o começo do fim dos subsídios agrícolas " , disse Amorim, que teve papel ativo nas negociações dos últimos dias em Genebra. " O que aprovamos pode ter resultados antes de as medidas serem implementadas ao dar um sinal claro para os operadores, que passarão a examinar melhor se investem na agricultura europeia ou na agricultura competitiva do Brasil e da Argentina. "

Dez meses após o fiasco da reunião dos países-membros da OMC em Cancún, no México, o acordo alcançado na OMC estabeleceu condições para retomar negociações iniciadas há três anos com o lançamento da Rodada Doha, que nasceu numa reunião realizada no Qatar. Ele levará os Estados Unidos, a União Europeia e outros países ricos a eliminar bilhões de dólares em subsídios que hoje concedem a seus produtores agrícolas.

Pela primeira vez, os 147 países-membros da OMC concordaram que vão abolir todas as formas de subsídios à exportação, os que mais distorcem a competição no mercado internacional. Também aceitaram que vão reduzir substancialmente os subsídios à produção doméstica, que provocam excesso de produção e oferta nos mercados mundiais, deprimindo preços e prejudicando países em desenvolvimento.

Em contrapartida, os mais protecionistas, como a União Europeia, o Japão e a Suíça, terão flexibilidade para abrir seus mercados sem eliminar tarifas e cotas que protegem produtos agrícolas considerados " sensíveis " .

" Concordamos com reformas históricas no comércio agrícola " , disse o representante comercial dos Estados Unidos, Robert Zoellick. " Já fizemos metade da rodada, agora é acelerar o passo " , afirmou o comissário da União Europeia para o comércio, Pascal Lamy.

Para Amorim, o compromisso de acabar com os subsídios à exportação é um " ganho muito importante " para o Brasil, mas não é tudo. " O corte de 20% dos subsídios internos desde o primeiro ano e o limite de 5% para outros subsídios deixa tudo amarrado para os países industrializados não aumentarem as ajudas distorcivas " , disse o ministro.

O tamanho dos cortes que serão feitos nos subsídios e nas tarifas e o ritmo em que eles ocorrerão vão depender agora da segunda fase da negociação, que começará em setembro. Membros do G-20, grupo de países em desenvolvimento liderado pelo Brasil, falam de um prazo de seis a sete anos para acabar de vez com os subsídios à exportação. Negociadores esperam concluir a negociação até 2006, a tempo de convencer o Congresso americano a incorporar as novas regras à Lei Agrícola dos EUA.

As intensas discussões da semana passada desenharam o cenário para os próximos anos. Se houver progressos na agricultura, os outros temas envolvidos na negociação também

avançam. Só depois de fechado o pacote agrícola é que os países partiram para os outros assuntos.

Além de desbloquear a negociação na área industrial, os países concordaram que até maio de 2005 vão discutir novas concessões para abrir os mercados a fornecedores de serviços, como bancos e operadoras de telecomunicações e transportes.

Os membros da OMC também aceitaram o lançamento de negociações para reduzir problemas burocráticos e custos alfandegários que atrapalham o comércio. Mas ficou fora do acordo a discussão de regras para concorrência, investimentos e compras governamentais. (*Valor Econômico* - 02/08/2004)

Notas

El Presidente LULA analiza adhesión de Ecuador al Mercosur

La eventual adhesión de Ecuador al Mercado Común del Sur (MERCOSUR) como socio comercial preferente, está entre los temas que promociona el presidente brasileño, Luiz Inacio Lula da Silva.

Opinión de expertos es que Lula pretende convencer a las autoridades de Quito de sumarse al paso dado ya por Perú, Venezuela y Bolivia, también miembros de la Comunidad Andina.

Lula ha subrayado su intención de crear una comunidad de naciones sudamericanas producto de la unidad entre los integrantes del MERCOSUR (Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay) y los andinos (Ecuador, Venezuela, Colombia, Perú y Bolivia).

Sólo Quito y Bogotá no se incorporaron aún como socios comerciales preferentes al bloque sureño, como lo hicieron los demás países del grupo, además de Chile.

El presidente ecuatoriano, Lucio Gutiérrez, no se ha pronunciado acerca del tema y, de acuerdo con analistas, prefiere profundizar en proyectos de cooperación y en otros asuntos bilaterales durante la estancia del gobernante brasileño.

En ese contexto, admitió el interés de recomprar la deuda exterior mantenida con Brasilia y pedirle que reinvierta el dinero en proyectos hidroeléctricos necesitados con urgencia por su país.

Uno de los aspectos de la agenda de Lula en su visita, iniciada casi al anochecer del martes y que finalizará poco después del mediodía de este miércoles, es el interés de su país en el sector petrolero ecuatoriano.

Según fuentes informadas, el huésped concretará con su anfitrión cifras para la eventual inversión de la estatal PETROBRAS en esa esfera, a través de su homóloga local PETROECUADOR.

Agregan que expertos de ambas entidades sostendrán encuentros para precisar zonas de la Amazonia ecuatoriana a ser exploradas y modalidades de una posterior explotación.

Ello es parte de la estrategia integracionista de Lula, quien impulsa un proyecto con vistas a la formación de una gran alianza petrolera sudamericana de la cual son partícipes Venezuela y Argentina.

Una crisis por falta de tecnología y financiamiento atraviesa PETROECUADOR, cuya participación en la producción de crudo ha disminuido hasta descender a menos de la mitad de la nacional y ceder el protagonismo a las compañías foráneas (www.argenpress.org, 25 agosto 2004).

OMC: Entenda por que os subsídios continuam a ser um ponto de divergência.

Um dos assuntos que têm impedido um acordo é a questão dos subsídios agrícolas dados pelos países ricos aos seus agricultores.

O assunto voltou à tona no encontro desta semana em Genebra, na Suíça, que reuniu o Brasil, a Índia, os Estados Unidos, a União Européia e a Austrália.

O que são subsídios comerciais?

Os subsídios comerciais são a quantidade de dinheiro paga aos fazendeiros por unidade que eles produzem ou exportam. Eles têm o efeito de fazer com que a produção seja mais barata. Por isso, os subsídios fazem com que os fazendeiros se tornem mais competitivos e tendem a aumentar a produção. Eles são pagos, no geral, pelo contribuinte, via departamentos do governo ou associações de comércio. Na Europa, por exemplo, os subsídios chegam até os agricultores através da Política Agrícola Comum (PAC).

Quem se beneficia?

Os fazendeiros dos países ricos são os que mais se beneficiam com os subsídios. A organização não-governamental Oxfam afirma que os Estados Unidos dão até US\$ 3,9 bilhões aos seus 25 mil produtores de algodão todos os anos. Isso, segundo a organização, seria equivalente a mais de três vezes a ajuda financeira dada pelo governo americano à África.

Quem sai perdendo?

Muitos países ricos concordam que o ganho de seus fazendeiros representa um prejuízo para os fazendeiros dos países pobres. Agricultores dos países ricos produzem muito para o próprio mercado. O excesso é 'jogado' em países pobres a preços muito baixos, com os quais os produtores locais não podem competir. Além disso, quando os produtores dos países em desenvolvimento tentam exportar para os países ricos, eles estão na verdade competindo com agroindústrias subsidiadas. A ministra do Comércio britânica, Patricia Hewitt, disse à BBC que a Europa deve "acabar com os nossos espantosos subsídios agrícolas que distorcem o comércio e fazem com que seja impossível que os produtores dos países em desenvolvimento sobrevivam". Ela disse que acabar com os subsídios ajudaria a tirar "centenas de milhares da pobreza".

Então, o protecionismo é ruim mesmo?

Bem, para os produtores que recebem os subsídios, certamente não. Quando estava no início, a PAC conseguiu alcançar uma estabilidade nos mercados europeus no período do pós-guerra. Muitos afirmam que isso teria criado uma plataforma de crescimento por todo o continente. A representante da Oxfam, Amy Barry, diz que os países pobres devem ter o "direito de proteger" suas indústrias novas. "Os países ricos não chegaram onde estão hoje sem barreiras ao comércio. Não é nada razoável e altamente destrutivo esperar que os países em desenvolvimento operem sem nenhuma proteção contra indústrias estrangeiras fortes", afirma Barry.

E isso vai mudar?

Na OMC, já há algum tempo vem-se tentando mudar o atual sistema. Na atual Rodada de Doha, a tentativa é justamente fazer com que os países ricos reduzam o uso que fazem dos subsídios. Mas, para que haja alguma mudança, é necessário que todos os 147 membros da organização concordem. O tortuoso progresso das recentes negociações indica que nem todo mundo quer que o atual sistema mude. Amy Barry, da Oxfam, culpa os Estados Unidos, mas outros dizem que a França também não está disposta a reduzir os subsídios que dá a seus produtores. A França afirmou que as últimas propostas eram "profundamente desequilibradas, criando uma desvantagem enorme para a União Européia".

O que é a Política Agrícola Comum?

A PAC foi idealizada tendo como pano de fundo a falta de comida e o racionamento existentes depois da 2ª Guerra Mundial. O objetivo era estabilizar os mercados de alimentos europeus dando aos fazendeiros uma renda estável, e aos consumidores, preços baixos. A reputação do sistema caiu bastante quando acabou gerando uma produção exagerada. A PAC continua sendo um dos temas mais polêmicos na União Européia. Em 2003, a UE reservou 48 bilhões de euros para ajudar os agricultores, quase 49% da sua despesa anual. (BBC BR, 31/07/04)

Mercosul e Africa do Sul: setor automotivo pode ser excluído

O setor automotivo corre o risco de ficar de fora do acordo entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral, que inclui África do Sul, Namíbia, Botswana, Lesoto e Suazilândia. As negociações entre as montadoras dos dois blocos seguem em ritmo lento e não devem acompanhar a disposição dos governos, que pretendem assinar o acordo até o fim do ano.

Segundo Elizabeth de Carvalhaes, diretora de assuntos governamentais da Volkswagen e principal negociadora da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), até o momento, não existe nenhuma proposta sob a mesa.

"O setor automotivo pode não ser incluído no acordo", diz Elizabeth Carvalhaes, diretora de assuntos governamentais da Volkswagen e principal negociadora da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Em setembro, uma delegação da Anfavea irá a África do Sul tentar agilizar o processo, mas as montadoras não estão otimistas.

O país, que é o mercado que mais interessa ao Brasil, possui um regime automotivo interno, que estimula a exportação. Segundo Elizabeth, as empresas africanas tem muito receio da competição com as brasileiras. O mercado brasileiro de veículos é quatro vezes maior que o sul-africano. Os dois países aplicaram tarifas de importação semelhantes para a entrada de veículos já montados: 38% na África do Sul e 35% no Brasil.

Animadas com os resultados do acordo com o México, que se tornou o principal comprador de automóveis brasileiros, superando até a Argentina, as montadoras apostam suas fichas nos acordos de livre comércio. As exportações são uma forma de reduzir a alta capacidade ociosa do setor, atualmente em 35%.

Atualmente, as atenções do setor automobilístico estão voltadas para as negociações com a União Européia, considerada uma excelente oportunidade. Mas também estão nos planos acordos com África do Sul, Índia e Comunidade Andina.

O Mercosul e a União Aduaneira da África Austral estão próximos de concluir um acordo de preferências tarifárias fixas, ou seja, que inclui apenas alguns produtos. O modelo, utilizado também nas negociações do Cone Sul com a Índia, permite preservar os setores sensíveis de cada bloco. O objetivo dos governos é, mais tarde, ampliar esse tipo de acordo para um acordo de livre comércio.

As negociações com os africanos, iniciadas em 2000, foram retomadas em setembro de 2003, dentro da política do governo Luiz Inácio Lula da Silva de buscar uma nova geografia do comércio mundial e incentivar o comércio entre os países pobres.

Segundo uma fonte do Itamaraty, o texto que estabelece os princípios do acordo está praticamente fechado e os dois blocos estão na fase de troca de ofertas. Existe uma atenção especial dos negociadores para incluir produtos que interessem aos sócios menores dos dois blocos (www.valor.com.br, 20 agosto 2004).

Para contacto use o e-mail msilvia@uol.com.br